

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

<b>Expeça - se</b>
<b>Publique - se</b>
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

O Hospital Privado de Guimarães, que abriu à cerca de um ano e meio naquela cidade, dispõe de 96 camas de internamento, quatro quartos de cuidados intermédios, dois de cuidados intensivos, um bloco operatório com quatro salas, maternidade, 34 consultórios, imagiologia e serviço de urgência 24 horas do dia.

No início deste ano encontrou-se, segundo informações vindas a público com salários em atraso aos seus trabalhadores.

Segundo o “Notícias de Guimarães” a cada mês que passava, “os funcionários têm apenas recebido um quarto do salário, faltando ainda pagar os subsídios de férias e de Natal”.

Os “mais de 150 funcionários das várias unidades do hospital dizem estar a atravessar dificuldades. Nos corredores do estabelecimento já são muitos os que dizem fazer contas à vida e que não têm possibilidade de pagar as despesas diárias”.

No último mês, e após a afirmação da Administração do Hospital de que situação estaria normalizada, a situação voltou a ocorrer, estando neste momento por pagar o salário do mês de Fevereiro a todos os trabalhadores e ao pessoal médico e de enfermagem, haverá mesmo atrasos maiores, criando sérias dificuldades a trabalhadores que dependem do seu salário e que vêm todos os meses chegar as contas dos compromissos assumidos.

Esta situação acontece, mesmo num quadro de grande afluência de doentes ao Hospital e do anúncio, por parte da Administração, de que os objectivos anuais estão perto de ser cumpridos.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, solicito ao Governo, através dos Ministérios a quem foram dirigidas as perguntas, que me preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que dívidas, exactamente tem esta Unidade Hospitalar aos seus trabalhadores?
3. Foi esta empresa alvo de alguma acção inspectiva, através da Autoridade para as Condições

- de Trabalho, para aferir esta situação? Com que resultados?
4. Que medidas tenciona o Governo tomar para defender os direitos destes trabalhadores, obrigando a empresa a continuar a laboração?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 5 de Abril de 2012

Deputado(a)s

AGOSTINHO LOPES(PCP)